

## ENSINO PÓS-GRADUADO, TEORIA E PESQUISA ANTROPOLÓGICA \*

— Uma experiência na Universidade da Bahia —

*Pedro Agostinho*

(Departamento de Antropologia e Etnologia, Universidade Federal da Bahia)

### 1. A EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA.

Ao iniciar em 1971 meu trabalho docente na Universidade Federal da Bahia, a orientação que adotei partia da constatação de que era quase nulo o conhecimento dos estudantes a respeito dos problemas indígenas, e de que, apesar de haver no Estado pelo menos seis grupos de índios, era também quase nulo o que deles se sabia. Tornava-se, portanto, necessário criar uma consciência crítica e cientificamente preparada para as questões envolvidas, e tratar de obter melhores informações sobre esses grupos, seu estado de aculturação e sua situação de contacto. De um deles — o dos Pataxó de Barra Velha — a ignorância ia ao ponto de nem sequer figurar nas listagens mais fidedignas de populações indígenas (Ribeiro 1970, Malcher 1962, Kietzman 1967); e, à exceção do artigo de Hohenthal (1960) e da monografia de Bandeira (1972), pouco mais rico era o que havia relativo aos Tuxá, Pankararé, Kaimbé, Kariri e “índios dos Postos Caramuru e Paraguaçu”. Sobre “índios de Olivença” existiam umas poucas referências em Kietzman (1967), a que se juntou depois uma carta de Nimuendaju datada de 1939 (Edelweiss 1971), e quanto aos de Missão de Aricobé só muito mais tarde me chegaram, oralmente, vagas informações. Diante desse quadro, tentei integrar as atividades docentes e as de pesquisa, que naquele tempo se desenvolviam em nível de graduação, com o objetivo de criar a tal consciência crítica de que falei e de organizar uma equipe capaz de levar a cabo investigação abrangente da totalidade daqueles grupos.

O primeiro passo — ainda, como disse, com estudantes não graduados — foi realizar um curso de introdução à etnologia indígena e ao estudo do contacto interétnico, com a duração de um semestre, valendo-me, para

---

(\*) — Comunicação apresentada na XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (Recife, Pe., 1978). Mesa Redonda sobre *Ensino, Teoria e Pesquisa na Pós-Graduação*, organizada por Roberto Cardoso de Oliveira.

este último ponto, das obras de Ribeiro (1970), Schaden (1964) e Oliveira (1962) em uma aproximação inicial. Para o semestre seguinte — e levado pela inexperiência a não contar com a instabilidade e falta de continuidade das turmas, devidas à recém-implantada reforma universitária —, pensei analisar um conjunto significativo de monografias, filiadas tanto à corrente culturalista quanto à sociológica das pesquisas sobre contacto interétnico.

No esperado semestre, entretanto, aguardava-me a desagradável surpresa de encontrar uma turma totalmente estranha, e sem o ponto de apoio que desejara construir com o curso anterior. Mas havia também outra surpresa, e esta agradável: a de encontrar um grupo pequeno de alunos, todos eles de Ciências Sociais, fazendo o último semestre da Faculdade e com o que, nas condições vigentes, se pode considerar uma boa formação. Graças a isso, era possível deixar de lado o inoperante processo de aulas expositivas — único que, apesar de tudo, me parece viável para cinquenta ou mais pessoas na sala de aula — e organizar um seminário permanente. Nele, foi então estudado o dito conjunto de monografias (Wagely & Galvão 1959; Oliveira 1960, 1964, 1968; Laraia & Da Matta 1967; Melatti 1967), e ainda um artigo sobre potencial de integração do índio à sociedade nacional (Oliveira 1967). Tentando levar mais avante a ruptura com o sistema de aulas expositivas e de provas, proporcionar aos estudantes o contacto direto com as condições de grupos indígenas “integrados”, e conseguir elementos preliminares sobre aquele a cujo respeito a ignorância era maior, combinei com os estudante que, em vez de um exame, faríamos o reconhecimento geral da aldeia de Barra Velha e o censo Pataxó. A premência de tempo levou a que o questionário de recenseamento fosse preparado com a colaboração de apenas um estudante, pois os outros se encarregaram de, com a cobertura oficial da direção da Faculdade, obter meios e transporte para o trabalho de campo. Ele foi realizado em dezembro de 1971, e no semestre seguinte, em que por acaso grande parte da turma cursou Prática de Pesquisa sob minha orientação, redigimos em colaboração um relatório, que pensamos publicar (Agostinho *et alii*, 1972). A possibilidade de realizar mais tarde um estudo de maior fôlego fez arquivá-lo, só tendo vindo à luz seu primeiro capítulo, hoje ultrapassado (Agostinho 1974).

Passei nessa altura a ensinar no Mestrado em Ciências Humanas da UFBA., e procurei dar ali continuidade ao que principiara na graduação. Os dois primeiros seminários que conduzi versaram também sobre contacto interétnico, mas por essa época publicou-se na Bahia o artigo de Oliveira (1970) sobre campesinato indígena, que abriu novas perspectivas teóricas para o estudo de grupos indígenas em posição estruturalmente idêntica à dos Pataxó. Assim, um estudo sistemático da teoria das sociedades camponesas impôs-se como condição prévia para a continuação do trabalho.

Faltava-me, entretanto, qualquer tipo de experiência no assunto, e, pior, faltava um mínimo de bibliografia pertinente e verba para adquiri-la.

Foi possível, entretanto, dispor dela com o auxílio do Dr. Johannes Augel, da Universidade de Bielefeld, Alemanha, que remeteu um extenso levantamento bibliográfico sobre camponeses, e cópias xerox dos artigos especializados que selecionei a partir dele. Quando tive o material em mãos, era tempo de dirigir um novo seminário, com a segunda turma admitida ao Mestrado, à qual pertenciam alguns dos estudantes que haviam estado em Barra Velha: deste modo, bibliografia, pessoal e interesses teóricos, norteados pela necessidade de compreender uma realidade concreta, viram-se felizmente combinados. Em contrapartida, não houve tempo para leituras prévias, e sim apenas para dar aos temas de seminário uma seqüência lógica, que levasse do geral ao particular, e, neste, a pontos considerados cruciais para aquela compreensão. Os seminários basearam-se cada um na leitura obrigatória, por todos, de um texto-base, e no seu exaustivo exame, apoiado ou não por materiais complementares<sup>1</sup>.

O grau de familiaridade com o texto-base era exatamente o mesmo para o professor e alunos, e àquele coube apenas o papel de, com maior experiência, guiar a sucessão de leituras e a sua discussão. Devo dizer que isso resultou numa experiência intelectualmente muito mais estimulante — para mim e para os outros — do que se tivesse seguido um caminho tradicional. Esses percalços, sintomáticos de região cientificamente periférica, têm suas compensações, e desde o começo ficara claro para a turma que condições presidiriam ao curso. Como prova final (exigida pelos regulamentos) houve um exercício de descrição etnográfica e análise de uma sociedade camponesa, aliás fictícia. Não podendo ir ao campo, e querendo aplicar a teoria à interpretação de dados empíricos, tomei três romances de Julio Dinis (*As pupilas do senhor reitor*, *A morgadinha dos canaviais* e *Os fidalgos da casa mourisca*) e considerei que, em conjunto, representariam *uma* experiência de quem observou determinadas facetas de *certa* sociedade camponesa, logo após a revolução que instituiu o liberalismo econômico em Portugal, e alterou fundamentalmente as relações econômicas e sociais vigorantes no campo. Além disso, cada participante apresentou um trabalho de base teórica, que no semestre seguinte o seminário se dedicou a discutir; e três de seus membros retomaram Júlio Dinis, tendo preparado uma descrição interpretativa em vésperas de ser divulgada. E assim, de semestre para semestre, tenho procurado entrar num aspecto novo da problemática das *part-societês* camponeses, estimulando os integrantes da equipe do Projeto de Pesquisa sobre Populações Indígenas da Bahia a participar, mesmo quando não inscritos como alunos regulares de Mestrado. Alguns destes, optando por Antropologia como área de concentração, elaboraram suas teses sobre índios-camponeses da Bahia, ou têm planos de fazer.

\* \* \*

O Projeto de que acabo de falar não nasceu como um todo e de uma só vez, e foi sim resultante de uma série de aproximações em que ensino,

pesquisa, preocupações pedagógicas e teóricas e ainda o sentido de responsabilidade prática para com os grupos indígenas estiveram sempre estreitamente interligados. É isso que procurei mostrar historiando a atividade desenvolvida. Pedagogicamente, o esforço principal foi dirigido a suprimir o método expositivo, a substituí-lo pela dúvida e pelo debate, e a atenuar ao máximo a oposição estrutural e formalizada entre professor e alunos, substituindo-a pela existência de um grupo de estudos — e mais tarde de uma equipe de pesquisa — com um mínimo de distinções de *status*, nos quais apenas a maior experiência levasse a conduzir, mas não a dirigir com respaldo na autoridade — no sentido medieval do termo. Procurei fugir, sem prejuízo do rigor, aos perigos de um elitismo intelectualizante. Ou, se mo permitirem, diria que procurei introduzir a *communitas* no interior da estrutura, pois persegui deliberadamente a anti-estrutura que, só ela, me parece compatível com a idéia de Universidade. Creio ter, nisso, alcançado um certo êxito.

Por outro lado, foi a situação de abandono, de miséria extrema dos Pataxó de Barra Velha que nos mostrou a todos que um sentido de responsabilidade prática não bastava: era preciso, dele, passar à ação. E para tanto elaborei o Projeto ao qual antes me referi<sup>2</sup>. Tinha este por objetivo investigar os seis grupos indígenas da Bahia, e de sobre seu estudo científico, rigoroso e autonomamente válido, formular um modelo geral para a política indigenista no âmbito do Estado, presumivelmente aplicável, com correções e reajustamentos, ao resto do Nordeste do Brasil. Ele precisaria ser testado, e nesse teste julgamos essencial a cooperação com a FUNAI: porque daí poderiam emanar recursos e cobertura oficial em campo, e porque através dela se abria a oportunidade de influir na condução da política indigenista de forma condizente com a realidade nordestina. Disso nasceu o Convênio FUNAI-UFB,, que tem estado ativo em termos de pesquisa e de intervenção indigenista. Até ao momento, a pesquisa tem preponderado sobre a intervenção, por ser para esta um prévio requisito, juntando à pré-existente monografia sobre os Kariri, outras sobre os Tuxá, os Pataxó e os Kaimbé, além de relatórios e artigos preliminares a respeito dos Pankararé e dos índios da Reserva Paraguassu-Caramuru (Násser, N. 197 ; Násser, E. 197 ; Carvalho 1977; Soares 197 ; Paraíso 197 ). Existe agora, portanto, um já razoável conhecimento — a ser no futuro melhorado — quanto aos índios na Bahia. Estamos, no momento, valendo-nos da monografia referente aos Pataxó, a calcular que área precisam para sua reserva, e ainda graças àquela pretendemos preparar o roteiro para o que seria uma intervenção indigenista localmente apropriada.

## 2. TEORIA, PESQUISA E AÇÃO.

No que concerne à investigação preocupada com o contacto interétnico, com a apreensão desse fenómeno em suas dimensões sincrônica e diacrônica, e com seu próprio emprego como fundamento de uma política indigenista

racional, no panorama do Nordeste brasileiro a Bahia é uma área que se revela estratégica. Os grupos de índios que subsistem distribuem-se desigualmente por áreas ecologicamente distintas, e representativas dos vários ambientes naturais na Região encontrados. Possuindo coberturas vegetais determinadas pelos gêneros de clima, de solo e de irrigação fluvial (permanente ou intermitente), esses ambientes apresentam variável potencial para a adaptação de grupos indígenas, condicionando no passado a distribuição dos tipos de cultura, e, no presente, as alternativas de aproveitamento econômico da terra, que enfrentam enquanto competem com os membros da etnia dominante na sociedade maior. Estes foram também afetados pela diferenciação ecológica, estando isso expresso pela diversidade das frentes de expansão que em data antiga ou recente atingiram os índios.

No oeste dominam as savanas sob clima *Aw*, propícias a tribos que denominaria de “agriculturas incipientes do cerrado”<sup>3</sup> e a frentes pastoris, limitada que está a tecnologia de coivara à obrigatória e restritiva utilização das matas de galeria. Na parte nordeste do Estado a caatinga ocupa quase por completo a paisagem e favorece também a pecuária, assim como antes a instalação de “agricultores incipientes da caatinga”; hoje, os índios concentram-se nas *baixas e brejos*, onde a água e umidade retidas, com os sedimentos trazidos pelo regime torrencial, permitem um cultivo espacialmente acanhado e provavelmente pouco produtivo. Embora submetidas ao mesmo clima *Bsh*, as margens e ilhas do S. Francisco beneficiam-se de maior umidade, e da renovação dos solos pelas aluviões que as enchentes periodicamente depõem. Aí, a agricultura de vazante é viável, criando, aliada aos recursos do rio e da caatinga que o margeia de perto, bases para uma economia mais estável e produtiva. Eram, aliás, canoeiros e talvez portadores de uma cultura “de Floresta Tropical” alguns dos grupos sanfranciscanos, mas foram pastoris os segmentos da sociedade colonial que, com os caminhos das boiadas, mais vigorosamente os atingiram. Até há pouco, partilharam com os não-índios técnicas agrícolas de vazante, tendendo a trocá-las por irrigação artificial e eletrificada. No sul baiano, a floresta tropical dos climas *Af* e *Am* abrigou bandos arredios de coletores e caçadores profundamente internados na mata, dos quais descende a maioria dos índios que ali sobrevivem, sendo que, das populações de agricultores que ocuparam a orla marítima e a beira dos rios, não restou traço. O núcleo dessa área meridional sofreu o impacto de uma frente agrícola monocultora (a do cacau), e sua periferia o da penetração de criadores em pastos plantados e de várias ordens de praticantes do extrativismo.

Desse modo, se os ambientes encontrados na Bahia podem representar amostra válida do Nordeste, suas culturas précabralinas representam as duas categorias principais reconhecidas no Brasil pela tipologia de Steward (1963), assim como estão representados os três tipos de frentes pioneiras da classificação de Ribeiro (1970).

Por outro lado, e diacronicamente, o povoamento do território pelos brancos, em vagas históricas distanciadas no tempo, não foi sempre provocado por iguais motivos econômicos, nem ocorreu sob idênticas circunstâncias de estrutura e conjuntura. Assim, as áreas que têm índios e foram aqui ecologicamente definidas apresentam situações de contacto que derivam de processos históricos particulares, que diferem entre si mas são bastante homogêneos se se tomar cada área como unidade de observação. De maneira muito ampla, podem-se discernir duas zonas e etapas de penetração civilizada: uma, antiga, reunindo o nordeste do Estado e o sistema fluvial do S. Francisco, que data principalmente do século XVII. E a outra, recente, abarcando o interior do sul da Bahia e remontando à segunda metade do século XIX. Portanto, e para os fins que aqui importam, se for aceitável pensar na Bahia como um microcosmo da região nordestina, talvez seja ela também aceitável como tal quanto à duração e características gerais dos processos históricos envolvidos.

Em termos de sincronia referida ao presente, a situação de contacto dos grupos em questão apresenta, concomitantemente, uma homogeneidade e uma variedade que também parece torná-los em amostra significativa em relação ao Nordeste como um todo. Ultrapassado aquele momento crítico em que as tribos oscilam entre a extinção física e a estabilização e até o incremento demográficos, e havendo sofrido aculturação tão intensa que nem as línguas resistiram, seus descendentes encontram-se hoje em uma posição estruturalmente camponesa. Mas, se no geral são índios-camponeses, as condições em que se acham são o bastante variadas para constituírem, as da grupo em um subtipo especial. Desde os Pataxó de Barra Velha ou os Pankararé do Raso da Catarina, que muito pouco participam da economia monetária, aos Tuxá de Rodelas, que são produtores comerciais de cebola e cuja "aldeia" é na verdade uma das ruas do núcleo urbano, há um verdadeiro *continuum*.

Os Pankararé do Brejo do Burgo são camponeses mais e menos pobres (pelos padrões locais), cultivando como os não-índios terras devolutas do Estado, e com os últimos vivendo entremeados; os Kariri e Kaimbé, dispondo de terras em sempre ameaçadas reservas, plantam para subsistência e mercado; por fim, os índios da Reserva Paraguassu-Caramuru quase mais não contam com camponeses, por estar seu território completamente invadido e ocupado pelos regionais. Para eles a alternativa foi a proletarização nas fazendas e povoados, além da prostituição; aliás, mesmo nos casos em que há terra, sua exigüidade, a inexistência de artigos comercializáveis ou a carência de capital fazem da venda externa da força-de-trabalho o meio mais fácil de acesso à moeda. Ao que tudo indica, isso tenderá a aumentar ao longo do S. Francisco, onde a construção de represas, a relocação de cidades, a demanda de mão-de-obra e sua dispensa na conclusão das obras refletem aceleradíssimo ritmo de mudança ecológica<sup>4</sup> e social, devida ao implantar de um sistema de produção industrial de energia. Assim, a combi-

nação de áreas estagnadas ou em lenta transformação e de outras que se alteram radicalmente reforça, mais uma vez, aquele caráter estratégico que me pareceu cabível atribuir à Bahia.

Ela o tem tanto para a investigação pura — que nesta primeira fase tem privilegiado os aspectos ecológicos e econômicos, cruciais para a compreensão de todos os outros —, quanto para o imaginar de uma política indigenista. A variedade, ecológica, histórica e interétnica, que subjaz à presença geral de grupos indígenas numa posição estrutural do mesmo tipo, pode servir à construção pormenorizada de um modelo capaz de dar conta dessa heterogênea homogeneidade. E o Nordeste seria o campo de teste para esse modelo. Linhas de ação pensadas sobre tal modelo e destinadas a reduzir a assimetria econômica, política e social das relações interétnicas poderiam ser também aí desenvolvidas, e experimentadas sobre um universo cuja relevância o transcende a si mesmo.

#### NOTAS

1) Os principais textos utilizados no seminário encontram-se arrolados na bibliografia do presente trabalho.

2) Neste projeto, fixei globalmente os problemas a tratar e os objetivos a alcançar; os subprojetos para os estudos monográficos dos vários grupos foram elaborados pelos estudantes por eles responsáveis.

3) Julgaria oportuno dividir o tipo de cultura Marginal de Steward (1963, V: 669-697), em duas outras categorias: a dos “coletores — caçadores — pescadores” e a dos que chamaria provisoriamente “agricultores incipientes dos campos, cerrados e caatingas”. Nisto, acompanho as idéias propostas anteriormente por Galvão (1973: 12-13).

4) No São Francisco, a regularização do regime fluvial extingue as possibilidades de agricultura de vazante, e os reservatórios das barragens submergirão a maioria das terras cultivadas. A irrigação exige grandes investimentos para drenagem, sem o que a alta evaporação acabará por salinizar os solos. Toda a base econômica dos Tuxá está entrando em colapso, como, aliás, a da cidade de Rodelas, que as águas cobrirão por completo.

#### BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Pedro

1974 — Identificação étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. In *Memoriam Antonio Jorge Dias*, vol. II.

AGOSTINHO, Pedro *et alii*

1972 (ms.) — *Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia*. Salvador, D.A.E. — FFCH — Universidade Federal da Bahia.

AZEVEDO, Thales de

1975 — *Italianos e gachos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro.

BANDEIRA, Maria de Lourdes

1972 — *Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado*. Salvador, UFBA.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de

1977a — Los Kariri de Mirandela: un subsegmento rural indígena. *América Indígena*, vol. XXXVII, nº 1, enero/marzo. Mexico.

1977b — *Os Pataxó de Barra Velha. Seus subsistema econômico*. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador (ed. xerox).

DALTON, G.

1963 — Economic Surplus, once again. *American Anthropologist*, 65:389-94.

1965 — Primitive money. *American Anthropologist*, 67:44-65.

EDELWEISS, Frederico

1971 — Curt Nimuendajú na Bahia. *Universitas*, nº 8/9, p. 277-280. Salvador.

FITCHEN, G. N.

1971 — Peasantry as a social type. *Symposium: Patterns of land utilization and other papers*. London.

FOSTER, G.

1965 — Peasant society and the image of limited good. *American Anthropologist*, 67:293-315.

FIELD, E.

1963 — Studies in Peasant Life. *Biannual Review of Anthropology*. Stanford University Press.

GALVÃO, Eduardo

1959 — Aculturação indígena no Rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. N. S. Antropologia, nº 7, Belém do Pará.

1973 — *Índios do Brasil: áreas culturais e áreas de subsistência*. Salvador, UFBA.

GROSS, D. & UNDEWOOD, B. A.

1971 — Technological change and caloric cost: sisal agriculture in Northeastern Brazil. *American Anthropologist*, vol. 73, june: 725-740.

HERSKOVITS, M. G.

1954 — *Antropología Económica*, México, FCE.

HOHENTHAL, Jr., W. O.

1960 — As tribos indígenas do Médio e Baixo S. Francisco. *Revista do Museu Paulista*: 37-86. São Paulo.

KIETZMAN, D. W.

1967 — *Indians and culture areas of twentieth century Brazil*. In Hopper, G. H. (ed.) — *Indians of Brazil in the twentieth century*, p. 3-51. Washington, I.C.C.R.



KRADER, Lawrence

1970 — *A formação do Estado*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

KULA, Witold

1974 — *Teoría econômica del sistema feudal*. Mexico-Madrid-Buenos Aires, Siglo XXI.

LARAIA, Roque de Barros & DA MATTA, Roberto

1967 — *Índios e castanheiros*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

MALCHER, José M. Gama

1964 — *Índios. Grau de integração na comunidade nacional; grupo lingüístico; localização*. Rio de Janeiro, C.N.P.I.

MARX, Karl

1963 — *O capital* (ed. resumida de J. Borchardt). Rio de Janeiro Zahar Editores.

1975 — *Formação econômica pré-capitalista*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

MELATTI, J. C.

1967 — *Índios e criadores*. Rio de Janeiro. UFRJ. — Instituto de Ciências Sociais.

NÁSSER, Elizabeth Mafra Cabral

1975 — *Sociedade Tuxá*. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador. (Mim.).

NÁSSER, Nássaro Antônio de Souza

1975 — *Economia Tuxá*. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador. (Mim.).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de

1960 — *O processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro, Museu Nacional.

1962 — Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil. *América Latina*, ano V, nº 3 (julho-setembro). Rio de Janeiro (v. Oliveira 1968: Apêndice).

1964 — *O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukúna do Alto Solimões*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1967 — Problemas e hipóteses relativas à fricção interétnica. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Vol. IV, nº 1: 41-95. Rio de Janeiro.

1968 — *Urbanização e tribalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1970 — Por uma sociologia do campesinato indígena do Brasil. *Universitas* 6/7: 433-441. Salvador.

ORANS, M.

1972 — "Surplus". Cahen, Y. A. (ed.) — *Man in adaptation. The cultural present*. Chicago — N. York, Atherton, p. 204-214.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro

1976 — *Relatório sobre história e situação da reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu*. Apresentado à FUNAI. Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia. Convênio FUNAI-UFBa., Salvador. (Dat.).

- QUEIRÓS, G. P. de & CARVALHO, M. R. G. de & SIMÕES, R.  
1975 — *Um subsistema camponês: tentativa de análise*. Trabalho apresentado no "Seminário sobre sociedades camponesas". Mestrado em Ciências Humanas, UFBa. (Ms.).
- RIBEIRO, Darcy  
1968 — *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
1970 — *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SAHLINS, Marshal D.  
1970 — *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SCHADEN, Egon  
1965 — Aculturação indígena. Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos. *Revista de Antropologia*, vol. XIII, São Paulo.
- SOARES, Carlos Alberto Caroso  
1977 — Os Pankararé do Brejo do Burgo. *Boletim do Museu do Índio, Antropologia*, nº 6, fevereiro.
- STEWART, Julian H.  
1955 — *Irrigation civilizations: a comparative study*. Washington.  
1963 — South American Cultures: an interpretative summary. *Handbook of South American Indians*, Vol. V: 669-772. New York, Cooper Square Publ., Inc.
- WAGLEY, Charles & GALVÃO, Eduardo  
1961 — *Os índios Tenetehara (uma cultura em transição)*. Rio de Janeiro, MEC-Serviço de Documentação.
- WOLF, E.  
1970 — *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar editora.